



A participação dos alunos nos projetos de melhoria das escolas

Students' participation within Schools' improvement plans

Bianca Mota de Moraes; Ana Mouraz, Ariana Cosme
Universidade do Porto

Resumo

Procuramos aqui abordar a importância da participação dos alunos para a melhoria das escolas. O aumento da escolaridade obrigatória e a universalização do seu acesso, em Portugal, abrem novos desafios à discussão sobre a voz dos alunos acerca da sua experiência e participação na vida escolar. Quais os meios que promovem a participação dos estudantes na vida da escola? Nesta linha de raciocínio pesquisamos o Orçamento Participativo das Escolas, instituído no início do corrente ano pelo Ministério da Educação português em celebração ao Dia do Estudante, e seus contributos para dar voz aos alunos.

Palavras-chave: participação estudantil; democracia nas escolas; orçamento participativo.

Abstract

This paper focuses the students' participation within Schools' improvement plans. The increase of compulsory education, in Portugal, open a new trend in educational landscape related with students' voice and concerned their schooling experience and participation. Which are the means that promote students' participation within schools' life? This paper aims to understand how the participatory budget, legally implemented in 2017 by Portuguese Educational Administration, did improve students' voice and participation within schools.

Keywords: students' participation; democratic process in the schools; participatory budget.

"Foi muito 'legal', eu gostei de participar e de votar. Gostei principalmente porque a que eu votei foi a que ganhou, que era de fazer uma rádio!"

Estudante do ensino básico que colaborou para o Orçamento Participativo das Escolas

Introdução

Este breve levantamento buscou trazer inicialmente um panorama sobre o que a literatura tem denominado "a voz dos alunos", ao que se quer dizer quando se menciona a participação dos estudantes na vida das escolas, com o fim de em seguida dirigir-se ao estudo do programa "Orçamento Participativo nas Escolas", instituído pelo Despacho nº 436-A/2017, do Ministério da Educação.

Ter voz nas escolas significa sentir-se elemento do protagonismo coletivo nesse espaço (Goulart, 2017 e Pasquali, 2017), conviver diariamente com a possibilidade de colaborar com as escolhas que ali são feitas e de interagir nas decisões de planeamento,

organização e vivência do seu quotidiano, dentro e fora da sala de aula.

Pereira, Mouraz e Figueiredo (2013: 939) detalham o que atualmente vem sendo relacionado ao conceito de "dar voz aos alunos" no seguinte excerto:

Giving 'voice' to students entails listening carefully to their perceptions of school reality, their ideas, the needs they invoke, the points they consider positive. Thus, a better perception of what meets the students needs and what is more suitable for them may be achieved.

Dignas de registros sobre o tema "a voz dos alunos" são também duas iniciativas brasileiras: a primeira, da web série "O que eles têm a nos dizer", do Coletivo Reconsidere, que está sendo gravada desde 2016, já tendo sido disponibilizados no Youtube cinco dos doze episódios, que estão a percorrer espaços de educação formal e não formal em seis países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru) em busca da "voz dos alunos"; a segunda, do documentário "Nunca me sonharam", dirigido por Cacau Rhoden. Lançado no dia 08 de junho do corrente ano, o filme traça um panorama do ensino médio (equivalente ao secundário português), principalmente sob o ponto de vista dos estudantes.

Toda confiança em caminhos como esses é necessária, válida e pode reverberar no tempo e no espaço de forma imprevisivelmente perene.

Dois eixos têm se destacado na apreciação do envolvimento participativo dos alunos na vida escolar: o primeiro refere-se à promoção do exercício de práticas de cidadania e o segundo associa-se à integração dos estudantes como elementos de pleno direito no processo de aprendizagem, considerando-os não apenas como destinatários do processo, mas também seus atores.

Embora sejam interligados, organizaremos o tópico dedicado ao primeiro eixo sob a nomenclatura "Os estudantes e a cidadania" e o relativo ao segundo como "Os estudantes e a formação", apenas para facilitar o desenvolvimento do raciocínio aqui iniciado.

Em cada um deles faremos ainda menções a dificuldades sentidas pela escolas ou pelo sistema educativo em implementar essas medidas, mesmo quando declaram desejá-la, bem como sobre os benefícios que têm sido identificados com as suas práticas.

No terceiro item, e à luz da legislação acerca do tema, estudaremos o Orçamento Participativo nas Escolas, medida que visou proporcionar aos estudantes portugueses do ensino secundário e do 3º ciclo públicos, durante o ano letivo de 2016/2017, a possibilidade de escolha de um projeto que eles vislumbrassem como de real melhoria para a sua escola.

É certo que o amplo espectro sobre o qual podiam incidir as opções estudantis permitia que elas viessem a se referir ao primeiro ou ao segundo eixos acima mencionados, o que de fato aconteceu, como demonstrou nosso levantamento, que se baseou em respostas dos diretores destes a questionários e em pesquisas aos sítios eletrônicos das Agrupamentos/Escolas.

Evidenciou-se a criatividade dos alunos para contribuírem com iniciativas de melhorias para as escolas. Eles expuseram interesses e propostas sobre variados temas, tais como a oferta de espaços que propiciassem a convivência, o incremento da comunicação intra-escolar e a preservação do meio ambiente.

Sobre a potência de iniciativas como esta, MacBeath in Caramelo, Terrasêca e Kruppa (2015:1612):

Meus relatórios de avaliação destacam os modos imaginativos com que estudantes, quando têm a oportunidade, contribuem de maneira marcante para melhorar suas escolas, desde o trabalho com cartazes nas áreas de entrada e nos corredores, até a avaliação e recomendações a respeito da qualidade do ensino ou atuando como membros dos Grupos de Aperfeiçoamento da Escola (School Improvement Groups) junto com a equipe técnica, e assumindo papéis de liderança na melhora da escola.

É interessante notar que o documento “Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória”, debatido publicamente no início do corrente ano, aponta a pretensão de que o jovem, à saída dos doze anos de escola, seja um cidadão “capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e capacidade de comunicação” e “que conheça e respeite os princípios fundamentais da sociedade democrática e os direitos, garantias e liberdades em que esta assenta.”

Os estudantes e a cidadania

Em frequente relação com o exercício da cidadania e com a construção de escolas democráticas ou para a democracia, a literatura tem apontado para uma gradativa, mas sazonal, abertura de espaços para a expressão dos alunos em espaços como assembleias, conselhos e associações estudantis.

Como é dito no trailer de apresentação da web série acima mencionada (“O que eles têm a nos dizer”), os estudantes têm voz, o que eles precisam é ser escutados.

De há muito que a literatura debruça-se sobre as bases democráticas em que se deve assentar a educação, sendo constantes as referências ao meio escolar como privilegiado para a socialização pelos diversos tipos de relacionamento que propicia (Dewey, 2007).

Das chamadas “educações para” passou-se às “educações em” e à “educação com”, demonstrando não só o crescente envolvimento dos sujeitos-alvo da ação

educativa, mas também um olhar mais voltado para uma educação no e do momento presente.

Assim, se a escola contribui para ensejar ou disseminar certo tipo de sociedade e está inserida em um contexto democrático, precisa ser coerente com os primados da democracia. Nas palavras de Freire (2009:33), “só somos porque estamos sendo”.

Evidenciando a importância da atitude dos atores perante os quadros normativos, administrativos e/ou políticos, realça-se a investigação de Pedro & Pereira (2010), que analisou como duas escolas públicas do ensino básico do Concelho de Aveiro buscaram promover espaços de participação dos alunos à luz do que dispôs o Decreto-Lei nº 115-A/98.

Os resultados do estudo indicaram que “os alunos possuem uma débil participação formal e informal”, tendo sido observada a situação sob ângulos diversos, tais como os seguintes: relação educativo-pedagógica; representatividade dos delegados de turma; associativismo estudantil; tomada de decisões sobre a vida na escola; funcionamento das assembleias; participação nos órgãos colegiados e na elaboração dos documentos que organizam a vida escolar (Projeto Educativo, Regulamento Interno, Plano Anual de Atividades e Projeto Curricular de Turma).

Os referidos autores, destacam, por exemplo (2010: 755, 760 e 761):

A Assembleia de Escola (AE) e o Conselho Administrativo (CA) surgem como os órgãos que os alunos quase desconhecem por completo.

(...)

Da análise do Plano Anual de Atividades (PAA), concluímos que todas as atividades constantes do mesmo são apenas dinamizadas pelos adultos, maioritariamente professores, sendo os alunos os destinatários e beneficiários das mesmas sem que, contudo, sejam dinamizadores de qualquer uma delas.

(...)

O problema da participação não reside unicamente na necessária criação de estruturas participativas, mas sobretudo na formação e na sensibilização dos respetivos atores dessa participação, ou seja, na aposta de uma educação para e pela participação.

Esta alusão à distância entre a teoria e a prática, entre a retórica e a vivência, deixa claro que a manifestação dos pensamentos e sentimentos dos estudantes não se esgota na formal oferta de de oportunidade para tanto. Ela só acontece através do envolvimento concreto dos sujeitos e só faz verdadeiramente sentido nos casos onde esta exteriorização seja considerada, individual e/ou coletivamente.

De nada adianta “dar voz” aos discentes para cumprir superficialmente uma agenda normativa ou legitimadora, sem qualquer consequência que ultrapasse as linhas da formalidade, pois iniciativas com esses moldes arriscam-se ao descrédito.

Uma rotina consolidada de realização de Assembleias com intensa participação dos alunos pode ser verificada nos dizeres deles próprios, a partir dos trechos abaixo

destacados, da obra organizada por Pacheco & Pacheco (2013: 76 e 78) sobre a Escola da Ponte, em Santo Tirso:

Na parte da tarde é realizada a Assembleia, momento em que podemos expressar nossa opinião, estarmos reunidos e resolver os problemas da escola. Essa é a sexta-feira na Escola da Ponte.

(...)

Os métodos de estudo é que são diferentes. O nosso promove mais a autonomia, responsabilidade, permite-nos expressar nossa opinião.

(...)

Na Ponte costumamos dizer que a educação deve ser na cidadania, porque todos os alunos são cidadãos dotados de capacidades e de personalidade. O educar para a cidadania parte do princípio de que os estudantes ainda não são cidadãos.

Projetos educativos promotores da democracia, como o da Escola da Ponte, são estudados na interessante pesquisa desenvolvida por Helena Singer no livro *República de Crianças: Sobre experiências escolares de resistência*. A obra analisa o histórico de várias iniciativas pautadas pela gestão participativa, como a Yasnaia-Poliana, na Rússia, o Lar das Crianças, na Polónia e Summerhill, na Inglaterra.

É de ser consignada também a investigação de Seïça (2016:130), que retratou, no item “Construção da Escola Democrática como Objetivação da Justiça Educativa”, perspectivas de alunos quanto ao ideal de justiça, tendo constatado ser este, na visão dos discentes participantes da pesquisa, coincidente com a distribuição igualitária.

O exercício da democracia participativa na escola através de espaços coletivos de discussão que envolvam os alunos, como conselhos nos quais estes possuam assento, destacando a importância da vontade dos integrantes da comunidade escolar para a implementação de tais práticas, é também focalizado por Perrenoud (2005:53).

Importa lembrar, com Menezes e Ferreira (2014:142), que as contínuas idas e vindas da política educativa refletem-se nos avanços e retrocessos do papel da escola na formação cidadã, mas o seu impacto é proporcional ao comprometimento dos próprios atores com a causa, sendo a aprendizagem da cidadania:

(...) um projeto politicamente comprometido: porque cria condições para a expressão e escuta da voz dos participantes, capacitando-os enquanto atores ativos e valorizando a diversidade de formas em que essa voz se pode expressar, porque encoraja a expressão de dissensões e pluralismo, e porque afirma o direito dos alunos e dos professores a tomarem decisões e exercerem poder sobre as suas próprias vidas na escola, reconhecendo que, para além das oscilações das políticas educativas, a vivência e o aprofundamento da democracia são tarefas inevitáveis no cotidiano escolar.

Os estudantes e a formação

O segundo eixo do processo de “dar voz aos alunos” objetiva reconhecer seu *status* de atores no processo de aprendizagem, assumindo portanto que eles contribuem para a produção do saber e não apenas para o seu consumo (Nóvoa, 1988).

Retrato das percepções dos estudantes sobre a vida na escola, junto com outros atores do cenário escolar, é o

documentado no livro *Discutindo autonomia relativa com professores: A indisciplina como (contra) argumento*, que teve Coordenação de Luiza Cortesão e foi publicado em outubro de 2012 pela Livpsic.

Para os estudantes do Ensino Básico Regular (EBR) e do Curso de Educação e Formação (CEF) perguntou-se, em um total de 330 inquéritos: 1) De que é que gostas nas aulas?; 2) De que é que não gostas nas aulas?; 3) De que é que gostas na escola?; 4) De que é que não gostas na escola?; 5) o que é que gostavas que fosse melhorado na sua escola?

Nas respostas verificou-se, por exemplo, que à pergunta de número 3), os alunos realçaram os espaços livres, campos de jogos e jardins, a convivência com os amigos e as atividades extracurriculares, como as de visitas de estudo, desporto e ver filmes na biblioteca.

Já nas respostas à pergunta de número 4) foi destacado o serviço da cantina (filas, pouco espaço, qualidade da comida e atendimento preferencial a professores), além da dificuldade de relacionamento (especialmente com os auxiliares), das atividades “não cativantes” e do longo período em que permanecem na escola.

Para as melhorias (pergunta nº 5) o bar, a cantina, o ginásio e os equipamentos foram, nesta ordem, os mais mencionados, seguidos do aquecimento e da acústica das salas de aula.

Quanto à questão número 1), os alunos enfatizaram a monotonia das aulas “muito teóricas e onde se escreve muito e fala-se pouco”, nas quais “se lê muito a matéria do manual”, “passamos 90 ou 45 minutos a ouvir o professor a dar matéria”.

Assim, os estudantes demonstraram incômodo quando sentem-se relegados à posições de receptividade passiva, na qual não se percebem com espaço para interagir no processo educacional.

A esse respeito Niza (2012: 643):

Mas a conversa veio a propósito, isso sim, do impulsivo falatório dos professores que vêm roubando cada vez mais tempo aos alunos para eles poderem apropriar-se do currículo através da sua fala e da sua escrita, que são os instrumentos fundadores da mediação cultural para as aprendizagens nas escolas.

Também Freire (2009:117) aponta como uma das características do educador democrático a de falar escutando, respeitando o tempo dos alunos que, em respeito à sua autoridade conquistada - e não imposta - silenciam para ouvi-lo. Em um contexto como esse não é preciso, pois, silenciar os estudantes para se fazer escutar; é pelo exemplo da escuta que se ensina a escutar.

Ponto de partida das relações, a comunicação é elemento-chave no processo de envolvimento participativo. Não obstante, raramente recebe investimento no seu quotidiano o aprimoramento qualitativo, que muitas vezes possui relação inversamente proporcional ao seu aspeto quantitativo.

Com muita informação e pouca interlocução, a maioria das escolas têm dificuldades em ouvir a voz dos alunos por uma série de fatores, especialmente de natureza burocrática.

No que se refere ao conteúdo, a distância entre o que é transmitido aos estudantes e as necessidades/interesses

destes é retratada por Stoer e Magalhães (2005:99) no seguinte excerto:

O dilema consiste em que o próprio projeto educativo é uma proposta de <<Nós>> para <<Eles>>, e todos os projetos partem, de uma forma ou de outra, da assunção otimista de que as suas premissas são justas e os seus fins desejáveis. Quando <<Eles>> resistem ao projeto, não por dificuldades de teor pedagógico, mas por opção (<<nós não queremos a “vossa” educação!>>), os políticos e os educadores – principalmente os mais generosos – ficam cada vez com mais frequência esmagados sob o peso dessa resistência que é, portanto, uma recusa.

Nesse ponto cabe refletir sobre o que dizem, ou talvez quisessem ter dito, as vozes dos alunos que ficam retidos ou que “abandonam precocemente” a escola. Muitos fatores influenciam esta atitude, que também é uma decisão, uma forma de expressar-se, mas seguramente o rompimento desse laço foi acontecendo gradativamente, muitas vezes de forma “inaudível”, sendo a saída da escola apenas o seu desfecho.

Ao contrário da gradual fragilização dos vínculos entre os estudantes e as escolas, é possível desenvolver práticas pedagógicas que paulatinamente os empoderem no processo de aprendizagem. Segundo Trindade (2012: 76-77):

Trata-se de um domínio da intervenção educativa que, em larga medida, permite exprimir a intencionalidade de uma ação docente que encontra na construção de um sistema de pilotagem do trabalho a realizar na sala de aula o seu instrumento de eleição, em função do qual se criam as condições para que os alunos assumam, progressivamente, um papel decisivo na gestão do cotidiano das respetivas salas de aula, seja em nível do trabalho que aqueles realizam, seja em nível dos comportamentos pessoais que aqueles exprimem.

Sobre a questão curricular, importa registar a Conferência Currículo para o Século XXI: A Voz dos Alunos, cujo evento de culminância foi realizado em novembro de 2016, no auditório da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. Este evento apontou para um trajeto de construção do currículo escolar com os alunos, movendo-se da usual posição de elaboração “para” os alunos.

Na sequência, houve a recente publicação do Despacho nº 5908/2017, da Secretaria de Estado de Educação portuguesa, que dispôs sobre a flexibilidade curricular de modo a alcançar o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e viabilizou às escolas a gestão de até 25% da carga horária semanal das matrizes curriculares-base, por ano de escolaridade (ou, no caso dos cursos de educação e formação de jovens e dos cursos profissionais, da carga horária total do ciclo de formação).

Veja-se que o artigo 3º do aludido decreto estabelece como um dos princípios orientadores o “envolvimento dos alunos e encarregados de educação na identificação das opções curriculares da escola” e o artigo 18º, item g), prevê que as práticas pedagógicas devem valorizar, “a promoção de atividades de intervenção cívica dos alunos, privilegiando a livre iniciativa, a autonomia e a responsabilidade.”

Este contexto semeia novas possibilidades de envolvimento dos estudantes em seu processos de aprendizagem, aproximando-os das decisões que os constroem e permitindo-lhes uma posição de criticidade que vai além da postura de mero espectador.

O orçamento participativo das escolas

Como acima se viu, diversas experiências localizadas têm sido desenvolvidas no sentido de conferir espaços de voz aos alunos nas escolas. As medidas políticas, por sua vez, têm andado a oscilar quanto ao espaço que conferem à escuta dos educandos.

Atualmente está em vigor o Despacho nº 9311/2016, do Gabinete do Secretário de Estado de Educação, que criou um Grupo de Trabalho para definir o perfil de saída dos jovens de 18 anos de idade no final de 12 anos de escolaridade obrigatória e assinalou um apelo “para que a escola ensine algo mais, não no sentido de maior quantidade de conteúdos, mas tornando relevantes as aprendizagens escolares, dando-lhes significado crítico e criativo, na e para a vida.”

O referido documento ainda apresenta como um dos descritores operativos das competências na área do pensamento crítico e criativo, o de que “os alunos conceptualizam cenários de aplicação das suas ideias e testam e decidem sobre a sua exequibilidade. Avaliam o impacto das decisões adotadas.”

É neste cenário que, em janeiro deste ano de 2017, foi publicado o Despacho nº 436-A/2017, instituindo o Orçamento Participativo das Escolas com os objetivos de “estimular a participação cívica e democrática dos estudantes, promovendo o seu espírito de cidadania e o diálogo, a mobilização coletiva em prol do bem comum e o respeito pelas escolhas diferentes, valorizando a sua opinião em decisões nas quais são os principais interessados e responsáveis, e, finalmente, permitindo o conhecimento do mecanismo do voto.”

Tão logo publicado o ato normativo suas disposições despertaram nosso interesse e mobilizaram a presente pesquisa, que procurou identificar o nível de envolvimento dos alunos no processo. Tal é o objetivo mais geral deste texto.

Metodologia

O estudo piloto que se apresenta pretendeu saber como foi tratado o envolvimento dos estudantes em cada escola. Por isso desenhamos uma pesquisa piloto assente na recolha de informação via websites das escolas e questionários passados aos diretores dos Agrupamentos. De um modo mais específico interessou-nos saber como é que os estudantes foram envolvidos num processo que foi gizado de forma *top down*; o modo como os estudantes se apropriaram da ideia; os temas acerca dos quais as propostas foram pautadas e dentre eles quais, em regra, foram mais votados; como a direção da escola validou e legitimou a importância da medida.

Foram aplicados questionários aos diretores de escolas do Norte de Portugal, bem como obtidas informações através dos sítios eletrónicos destas.

De acordo com o previsto no item 5 do Despacho nº 436-A/2017, estão em funcionamento a página da internet <http://www.opescolas.pt/#/> e do facebook

<https://www.facebook.com/opescolas/>, contendo documentos, materiais, informações, notícias e vídeos sobre o Orçamento Participativo das Escolas.

No entanto, em nenhuma das páginas acima indicadas encontra-se uma consolidação dos dados acerca das atividades que as escolas desenvolveram para implementar o OPE, o que demandou a realização de consultas também pelos esparsos sítios eletrônicos destas, por amostragem.

Os questionários foram organizados em torno das questões antes listadas e incluíram perguntas fechadas, de “cafeteria” e abertas. Enviaram-se mails convidando à resposta aos questionários a todos os Agrupamentos de Escolas da região norte de Portugal. Sempre que essa informação era conhecida, os mail foram enviados diretamente à Direção daqueles. Dos mail constava a explicitação dos objetivos do estudo, os cuidados éticos que as investigadoras asseguram cumprir e uma hiperligação para o site onde está alojado o questionário e onde os respondentes poderiam colocar as suas respostas. Os dados recolhidos foram analisados de modo descritivo.

Resultados

Destacamos os resultados abaixo delineados.

Dos vinte endereços eletrônicos de Agrupamentos/Escolas da região Norte que foram pesquisados, 65% não possuíam um tópico específico para o OPE e não forneciam informações sobre a respetiva proposta vencedora.

Os 35% restantes se subdividem em: 15% nos quais foi apontada a reforma/ampliação de espaços como a temática eleita pelos alunos em primeiro lugar, seguida de 10% ocupados por projetos relacionados à cultura, e de outros 10% onde encontramos assuntos como comunicação e meio-ambiente, eleitos pelos estudantes através das propostas que optaram por implementar em suas escolas.

Quanto aos resultados das votações, também em 65% dos sítios eletrônicos dos Agrupamentos/Escolas da região Norte não há informação, ficando os 35% restantes divididos da seguinte forma: 20% indicam que as propostas que ficaram em primeiro lugar foram eleitas com percentuais entre 30 e 50% dos votos e nos demais 15% as vencedoras tiveram margens de mais de 70% dos votos, sendo certo que o percentual médio de votos brancos e nulos ficou em 5,6%.

Das direções escolares foram recebidas 55 respostas via Formulários Google, nas quais restou demonstrado que: a Coordenação do OPE ficou a cargo da Direção do Agrupamento/Escola em 16,1% dos respondentes, tendo sido delegada nos 83,9% dos demais casos; em 94% sessões públicas de lançamento da medida houve presença de alunos; participaram da iniciativa 50% dos alunos potenciais eleitores; em 87,3% dos casos foi dedicado um período exclusivo para a votação; 32,7% das propostas vencedoras versaram sobre ampliação ou reforma de espaços de convívio e 25,5% sobre lazer.

As escolhas dos estudantes foram validadas por 91% das direções que as reconheceram como pertinentes.

Sobre a execução das propostas vencedoras, 54,5% delas já estão em curso e em 60% do total das respostas computadas não houve necessidade de complementação do valor disponibilizado pelo Ministério da Educação à Escola.

Quanto ao Orçamento Participativo das Escolas, 60% dos diretores que responderam o questionário afirmaram que a medida contribuiu para o aprendizado em cidadania e para o envolvimento dos alunos em vivências democráticas, sendo instrumento que efetivamente “deu voz” aos discentes.

5% dos mencionados diretores realçaram o potencial que a iniciativa apresentou para promover o diálogo e as posturas colaborativas/solidárias entre os estudantes e 2% salientaram a melhoria da relação interpessoal alunos-professores-direção a partir da sua implementação e 4% apontaram que a iniciativa ampliou o conhecimento dos estudantes sobre a realidade das escolas.

Em 6% dos casos houve a consideração de que o interesse dos alunos pelo OPE ficou aquém do desejável.

Considerações finais

A partir dos dados colhidos é possível considerar que o Orçamento Participativo das Escolas-OPE é iniciativa que colabora para a promoção de debates e o envolvimento direto dos alunos na melhoria da vida escolar, abrindo espaços não só para a sua escuta mas também para o seu exercício de escolha e decisão.

Em sendo medida de caráter geral e que se realiza por meio de atividades práticas, oferece indistintamente para estudantes de todas as escolas públicas uma via sustentável de aprendizado significativo sobre a composição de interesses individuais e coletivos e a construção democrática de projetos.

Por outro lado, também pudemos perceber que os discentes sentem-se pouco autorizados a emitir opiniões referentes a questões que envolvem temas mais ligados ao processo pedagógico. Neste aspeto têm mais dificuldades em sentir-se atores, mas consideramos que é uma questão de observar o desenvolvimento da medida no decorrer do tempo.

Ao constatarem, até o final deste ano civil, os resultados de sua criatividade e mobilização, é muito provável que os alunos sintam-se credibilizados e estimulados a ampliar seus investimentos participatórios.

Mais do que a simples inserção de uma disciplina com esta finalidade, o OPE ativa e/ou estimula a cultura do diálogo e da participação, bem como da reflexão sobre o papel dos estudantes nas escolas.

Em nossa visão, o OPE tem o potencial de alinhar-se com a gestão democrática da educação através da autonomia escolar e com o documento que está a definir o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória no século XXI, que elenca dentre suas competências-chave as de pensamento crítico, pensamento criativo, relacionamento interpessoal, autonomia e desenvolvimento pessoal.

É iniciativa que deve, pois, manter-se e aperfeiçoar-se continuamente, a partir, inclusive, da autoavaliação dos participantes, o que se sugere seja realizado, em

consonância com os princípios da democraticidade e da liberdade de expressão que a fundamentaram.

Referências bibliográficas

- Caramelo, João. Terrasêca, Manuela. Kruppa, Sônia Maria Portella (2015). A autoavaliação pode fazer diferença na qualidade da educação: Conversando com John MacBeath (entrevista). *Educação e Pesquisa*, v. 41 (n.especial), dez, (pp. 1601-1615). Retirado de: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-970220154100002>
- Cortesão, Luiza (Coord.) (2012). *Discutindo autonomia relativa com professores: A indisciplina como (contra)argumento*. Porto: Livpsic Legis Editora.
- Dewey, John (2007). *Democracia e Educação*. Lisboa: Didáctica Editora.
- Freire, Paulo (2009). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo (Br): Editora Paz e Terra.
- Goulart, Beatriz (2017). Protagonizar juntos: A escola como casa comum. In Lovato, Antônio. Yrula, Carolina Prestes. Franzim, Raquel (Orgs.). *Protagonismo: A potência de ação da comunidade escolar* (pp. 46-51). São Paulo: Ashoka/Alana.
- Pasquali, Carolina (2017). Dá para ser protagonista só de vez em quando? In Lovato, Antônio. Yrula, Carolina Prestes. Franzim, Raquel (Orgs.). *Protagonismo: A potência de ação da comunidade escolar* (pp. 52-57). São Paulo: Ashoka/Alana.
- Menezes, Isabel. Ferreira, Pedro (2014). Cidadania participatória no cotidiano escolar: a vez e a voz das crianças e dos jovens. *Educar em Revista*, n° 53, jul./set., pp. 131-147. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/er/n53/09.pdf>
- Nóvoa, António (1988). A formação tem de passar por aqui: As histórias de vida do Projeto PROSALUS. In Nóva, António & Finger, Matthias (Orgs.), *O método (auto)biográfico e a formação* (pp.107-130). Lisboa: DRH/Ministério da Saúde e Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional.
- Pacheco, José. Pacheco, Maria de Fátima (2013). *A Escola da Ponte sob múltiplos olhares: Palavras de educadores, alunos e pais*. Porto Alegre: Penso Editora.
- Pedro, Ana Paula. Pereira, Caridade Maria A. Lima. (2010). Participação escolar: representações dos alunos do 3º ciclo de Aveiro (Portugal). *Educação e Pesquisa*, Vol. 36, n°3, set./dez. (pp. 747-762). Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a07.pdf>
- Pereira, Fátima. Mouraz, Ana. Figueiredo, Carla. (2013). Student Participation in School Life: The “Student Voice” and Mitigated Democracy. *Croatian Journal of Education*. Vol. 16, n° 4/2014, (pp. 935-975). Retirado de: http://hrcak.srce.hr/index.php?show=clanak&id_clanak_jezik=196318&lang=en
- Perrenoud, Philippe (2005). *Escola e Cidadania: O papel da escola na formação para a democracia*. São Paulo (Br): Artmed Editora.
- Seiça, Aline Bernardes (2016). *Labirintos da Justiça na Escola*. Santo Tirso: De Facto Editores.
- Singer, Helena (2010). *República de Crianças: Sobre experiências escolares de resistência*. Campinas (Br): Mercado de Letras Edições.
- Stoer, Stephen R. Magalhães, António (2005). *A Diferença Somos Nós: A Gestão da Mudança Social e as Políticas Educativas e Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Trindade, Rui (2012). A ação educativa como um empreendimento ético: Uma reflexão que se quer mais urgente do que apressada. In Garcia, Joe & Trindade, Rui (orgs.), *Ética e Educação: Questões e reflexões* (pp. 23-84). Rio de Janeiro: Wak Editora.

Documentos consultados

Despacho n° 9311/2016 - Gabinete do Secretário de Estado de Educação de Portugal - Cria Grupo de Trabalho para definir o perfil de saída dos jovens de 18 anos de idade ao final da escolaridade obrigatória. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/74997361>

Despacho n° 436-A/2017 - Ministério da Educação de Portugal – Aprova o Orçamento Participativo das Escolas. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/105714599>

Despacho n° 5908/2017 – Gabinete do Secretário de Estado de Educação de Portugal – Autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017 -2018. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/107635109>

Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória - Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho criado nos termos do Despacho n.º 9311/2016, do Gabinete do Secretário de Estado de Educação - (Versão para consulta pública). Disponível em: http://dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/pe_rfil_do_aluno.pdf